

**DESENVOLVIMENTO DESIGUAL EM SANTA CATARINA:
A EXPERIÊNCIA DAS SECRETARIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Ivo Marcos Theis
Universidade Regional de Blumenau
E-mail: theis@furb.br

Franklin Carlos Zummach
Universidade Regional de Blumenau
E-mail: franklinzummach@gmail.com

RESUMO

Santa Catarina exhibe uma condição invejável de desenvolvimento que o distingue dos demais estados brasileiros. No entanto, as desigualdades regionais em seu território são evidentes e crescentes. Este artigo trata do desenvolvimento desigual em Santa Catarina. O objetivo principal é analisar o desenvolvimento desigual em Santa Catarina a partir da experiência das Secretarias de Desenvolvimento Regional. Parte-se do pressuposto de que o desenvolvimento catarinense ocorre de forma desigual. Assim, o problema de pesquisa é: como se dá o desenvolvimento desigual em Santa Catarina? Por meio de uma análise de indicadores tendo como recorte espacial as 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional, os resultados indicam que a descentralização administrativa não tem êxito no combate às desigualdades regionais. Mais: a descentralização acentua a concentração de recursos e, por conseguinte, contribui para o desenvolvimento desigual.

Palavras-chave: Desenvolvimento desigual; Santa Catarina; Secretarias de Desenvolvimento Regional.

1 INTRODUÇÃO

O capitalismo vem, ao longo do tempo, causando uma série de desigualdades sociais entre os territórios. A paisagem geográfica do sistema capitalista resulta, por um lado, em desenvolvimento e, por outro lado, em subdesenvolvimento (HARVEY, 2004). Em Santa Catarina não é diferente. Apesar de ostentar inúmeros indicadores acima da média nacional, o estado apresenta desigualdades em seu território.

O presente artigo tem por tema o desenvolvimento desigual em Santa Catarina. O tema está delimitado, espacialmente, ao território de Santa Catarina sob o recorte das 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional. Temporalmente, se concentra nos dados de 2003 e 2008, portanto, um recorte inicial e posterior à criação das SDR. Parte-se do pressuposto de que o Estado de Santa Catarina exhibe um desenvolvimento desigual. Diante disso, a pergunta central

da pesquisa é: como se dá o desenvolvimento desigual em Santa Catarina? Com base nesta problemática o objetivo geral é analisar o desenvolvimento desigual em Santa Catarina a partir da experiência das Secretarias de Desenvolvimento Regional. Os objetivos específicos são: a) revisar a teoria do desenvolvimento desigual; b) discutir, brevemente, o processo de descentralização catarinense; e c) examinar indicadores das desigualdades regionais em Santa Catarina à luz do referencial teórico aqui proposto, a teoria do desenvolvimento desigual.

A pesquisa tem por justificativa, razões de ordem teórica e de ordem prática. A relevância teórica é proporcionar a geração de conhecimento novo sobre o processo de desenvolvimento de Santa Catarina à luz do enfoque do desenvolvimento desigual, visto a escassez de estudos. Além disso, o trabalho faz um resgate teórico do desenvolvimento desigual, a saber: lei do desenvolvimento desigual e combinado e teoria do desenvolvimento geográfico desigual. A relevância prática é a contribuição que a reflexão e análise feitas podem ter para a atuação dos atores locais envolvidos com o processo de desenvolvimento em Santa Catarina.

A metodologia de pesquisa adotada tem abordagem quantitativa e qualitativa. No que diz respeito à revisão bibliográfica recorreu-se a pesquisa bibliográfica. Os dados estatísticos analisados à luz da teoria do desenvolvimento desigual são oriundos de fontes oficiais.

Didaticamente, o artigo está estruturado em quatro seções: a primeira corresponde a esta introdução; a segunda consiste na revisão teórica; a terceira faz a contextualização do processo de descentralização catarinense e apresenta os indicadores que revelam o desenvolvimento desigual em Santa Catarina com ênfase em dados das SDR; e a última é dedicada às considerações finais.

2 A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

Grosso modo, *desenvolvimento desigual* denota a ideia que as localidades desenvolvem-se em ritmos diferentes, logo, sempre há uma força propulsora que começa com uma vantagem e que propicia essas diferenças de ritmo de desenvolvimento. A força propulsora pode aumentar sua vantagem sobre os outros ou, em alguns casos, ser alcançada e até ultrapassada. Por exemplo, os primeiros países que atravessaram a Revolução Industrial em fins do século XVIII e início do século XIX conquistaram uma vantagem em relação aos demais países que posteriormente desenvolveram sua indústria. Todavia, alguns países

atrasados alcançaram os países adiantados, como é o caso da Alemanha e os Estados Unidos em relação à Inglaterra e França no final do século XIX (BOTTOMORE, 1988).

Convém ressaltar a visão de universalidade do desenvolvimento desigual. De fato, o desenvolvimento pré-capitalista foi desigual, mas os motivos para as disparidades do desenvolvimento neste período são muito distintos daqueles concernentes à era capitalista. O capitalismo criou sua própria identidade, a sua estrutura é mais sistêmica e completamente uma parte integral do modo de produção (SMITH, 1988). Aliás, cabe ainda elucidar que, sob o imperialismo, fase monopolista do capitalismo, o padrão de desenvolvimento capitalista acontece muito mais rápido e habitualmente de forma desigual (LÊNIN, 1985).

A noção de desenvolvimento desigualtem origem remota. Karl Marx, apesar de ter escrito antes da era imperialista, já apresenta indícios de como a forma de produção dominante exerce a sua hegemonia sobre as outras. Posteriormente, Vladimir Lênin examina o desenvolvimento do capitalismo na Rússia acima de tudo a partir das contradições internas da agricultura (LÖWY, 1995).

Lênin (1982) afirma que:

Dada a própria natureza do capitalismo, esse processo de transformação não pode ocorrer de outro modo senão em meio a uma série de desigualdades e desproporções: aos períodos de prosperidade sucedem os de crise, o desenvolvimento de um ramo industrial provoca o declínio de outro, o progresso da agricultura afeta aspectos da economia rural que variam segundo as regiões, o desenvolvimento do comércio e da indústria supera o da agricultura etc (LÊNIN, 1982, p. 373).

Além da análise agrícola, Lênin (1982) analisa o ritmo de desenvolvimento da Rússia em um contexto geral:

Quanto ao problema de lentidão ou rapidez do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, tudo depende daquilo com que se compare esse desenvolvimento. Se se compara a época pré-capitalista da Rússia com o seu período capitalista [...] é forçoso reconhecer que, sob o capitalismo, a nossa economia nacional se desenvolve muito rapidamente. Mas se a comparação é feita entre este ritmo de desenvolvimento e aquele que seria possível sob o nível atual da técnica e da cultura, deve-se, em geral, reconhecer que esse desenvolvimento do capitalismo na Rússia é realmente lento (LÊNIN, 1982, p. 375).

No entanto, é por intermédio de Leon Trotsky que o enfoque teórico do desenvolvimento desigual ganha maior importância. Em uma interpretação de dimensão não apenas econômica, mas também de questão política imediata, Trotsky utiliza a lei do desenvolvimento desigual para explicar as contradições socioeconômicas dos países do capitalismo periférico ou dominados pelo imperialismo. A lei do desenvolvimento desigual passa a ser *lei do desenvolvimento desigual e combinado* (THEIS, 2009).

A lei do desenvolvimento desigual e combinado oferece significativa contribuição no intuito de romper com o evolucionismo, a ideologia do progresso linear e o euro-centrismo, além de servir como reflexão sobre o imperialismo (LÖWY, 1995).

Em linhas gerais, a análise trotskista determina que o traço histórico marcante do desenvolvimento da Rússia é o atraso. Segundo Trotsky (1978, p. 23), este atraso tem como “consequência uma economia atrasada, uma estrutura social primitiva e baixo nível cultural”. Com a expansão mundial do capitalismo, os países dependentes, com a intenção de acompanhar os países centrais, têm a possibilidade de adotar traços modernos, saltando degraus intermediários de desenvolvimento. Este caráter contraditório de desenvolvimento necessariamente é pertinente a um país periférico (LÖWY, 1995).

Trotsky observa que o desenvolvimento desigual e combinado é evidente na história da Rússia e no caráter de sua indústria. A indústria russa saltou etapas e através de transformações bruscas, com extrema rapidez em certos períodos, alcançou e inclusive, em alguns pontos, superou os níveis de desenvolvimento dos países adiantados. Entretanto, a agricultura camponesa permaneceu, em sua maioria, em um patamar arcaico (TROTSKY, 1978; CHILCOTE, 2009).

Trotsky examina o desenvolvimento do capitalismo sob o ponto de vista da inserção econômica russa no sistema capitalista como sendo criado pela união de condições locais atrasadas com as condições gerais avançadas, e assim, diferentes estágios da civilização se articulam e se combinam, dando origem a uma amálgama social (LÖWY, 1995). Conforme Trotsky (1978, p. 25), o desenvolvimento desigual e combinado é a “aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas”. A essência da combinação do desenvolvimento do capitalismo proposta por Trotsky consiste na desigualdade de ritmo entre os países atrasados com condições materiais e sociais arcaicas e os países avançados com inovações tecnológicas, políticas e culturais (DEMIER, 2007).

Na visão de Bottomore (1988):

Trotsky estendeu o conceito de desenvolvimento desigual (amplamente usado por Marx e Lênin) de modo a abranger um fenômeno mais complexo, o do *desenvolvimento desigual e combinado*. Embora países relativamente atrasados, *sob o capitalismo do laissez-faire*, tenham atravessado, em linhas gerais, fases de desenvolvimento semelhantes às atravessadas pelos países adiantados algumas décadas antes, isso já não pode ocorrer *sob o imperialismo*. Em lugar do crescimento orgânico, a maior parte dos países menos desenvolvidos passou por um processo de combinação de “desenvolvimento e subdesenvolvimento”. As economias destes países aparecem como uma combinação de um “setor moderno” [...] e um “setor tradicional” (BOTTOMORE, 1988, p. 99).

A interpretação de desenvolvimento desigual de Trotsky tem um caráter político imediato. Através desta perspectiva, de acordo com Löwy (1995, p. 76), Trotsky concluiu “a possibilidade de uma revolução russa combinando as “tarefas democráticas” (derrubada do czarismo, partilha das terras, democratização do Estado) e as medidas socialistas

(expropriação do grande capital), num processo de revolução permanente”. Demier (2007, p. 2), afirma que “na concepção de Trotsky, portanto, seria o modo combinado como o capitalismo se desenvolvia que designaria o caráter da revolução e os sujeitos sociais revolucionários nos países atrasados”. Com Trotsky, as implicações políticas associadas ao desenvolvimento desigual são evidentes, sobretudo na polêmica sobre o “socialismo em um só país”, entre Trotsky e Stalin (SMITH, 1988).

Trotsky desenvolveu a idéia de desenvolvimento combinado e desigual nos países atrasados, argumentando que o proletariado elaboraria políticas que combinassem as lutas elementares da independência nacional e da democracia burguesa com a luta socialista contra o imperialismo mundial, a idéia de desenvolvimento combinado e desigual em países atrasados (CHILCOTE, 2009, p. 80).

No mesmo contexto, para Oliveira (2006, p. 24) o desenvolvimento desigual dá “especial relevo para compreender os “elos perdidos” das sociedades atrasadas penetradas pelo capitalismo que podiam abrir oportunidades revolucionárias”.

A partir da noção de desenvolvimento desigual de Marx e Lênin e da lei do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky, alguns geógrafos, em especial David Harvey e Neil Smith, abordam o desenvolvimento desigual a partir da dimensão espacial do desenvolvimento capitalista, sendo este uma expressão geográfica do capitalismo, o que vem a ser chamado de teoria do desenvolvimento geográfico desigual.

A distinção entre desenvolvimento desigual e combinado e desenvolvimento geográfico desigual é, pois:

[...] enquanto a preocupação da primeira está em explicar porque uma formação social periférica/atrasada, cujas forças produtivas não estão desenvolvidas e nem sob o controle de uma burguesia nacional consolidada, pode experimentar uma revolução política; a segunda constitui uma tentativa teórico-metodológica que busca captar a espacialidade do desenvolvimento desigual, portanto, a natureza especificamente geográfica da desigualdade socioeconômica entre regiões e países (THEIS, 2009, p. 243).

A teoria do desenvolvimento geográfico desigual proposta por Harvey considera as desigualdades entre territórios no âmbito geográfico do capitalismo, a partir da dinâmica da acumulação do capital. O autor parte do pressuposto de que ao longo da história criou-se uma geografia global de acumulação do capital, sendo assim, a acumulação do capital uma questão profundamente de cunho geográfico. Portanto, o capitalismo não teria vingado como sistema político-econômico sem as possibilidades inerentes à expansão geográfica, à reorganização espacial e ao próprio desenvolvimento geográfico desigual. O capitalismo recorre aos ajustes espaciais para solucionar parcialmente suas crises e cria uma paisagem geográfica que facilita a acumulação do capital (HARVEY, 2004). Para possibilitar o progresso de acumulação do

capital, a paisagem geográfica capitalista requer um contínuo investimento de capital fixo imobilizado na criação de um espaço produtivo de infra-estruturas de transportes e de comunicações, gerando, assim, desigualdades entre os territórios (SMITH, 1988; HARVEY, 2004).

Para a elaboração de uma teoria do desenvolvimento geográfico desigual, Harvey define dois componentes principais que se unem: a produção de escalas espaciais e a produção da diferença geográfica. A produção de escalas espaciais consiste na hierarquização (global, continental, nacional, regional, local ou do lar) de escalas espaciais, ou seja, determinado fato numa escala se mostra diferente em outra. Já a produção da diferença geográfica consiste nas modificações geográficas que as múltiplas atividades humanas vêm produzindo ao longo da história. As diferenças geográficas estão em constante mutação por meio de processos político-econômicos e socioecológicos (HARVEY, 2004).

Para Harvey (2004, p. 115) é “por meio da compreensão dos desenvolvimentos geográficos desiguais que podemos avaliar de modo mais pleno as intensas contradições hoje existentes no âmbito das trajetórias capitalistas de globalização”.

Neil Smith adiciona importantes contribuições à teoria do desenvolvimento geográfico desigual formulada por Harvey. Para Smith, as tendências contraditórias para a diferenciação e para a igualização são os fatores determinantes de desenvolvimento desigual. São estas tendências que surgem no modo de produção do capitalismo e determinam o padrão existente de desenvolvimento desigual (SMITH, 1988).

A produção capitalista do espaço faz surgir três escalas primárias que são completamente transformadas pelo capital. São elas: o espaço urbano, a escala da nação-Estado e o espaço global. A primeira consiste na expressão necessária para a centralização do capital produtivo. A segunda é um produto das imposições da competição entre diferentes capitais no mercado mundial, portanto, num contexto de circulação de capital. Por fim, a última é fruto da tendência de igualização do capital. (SMITH, 1988).

Smith apresenta também uma teoria oscilatória do desenvolvimento geográfico desigual. O embasamento dessa teoria apoia-se no fato do padrão de desenvolvimento desigual ter como tendência o movimento geográfico “em vaivém” do capital. O movimento do capital ocorre para onde a taxa de lucro é mais alta e assim, tem-se como consequência o desenvolvimento de áreas com alta de lucro e o subdesenvolvimento das áreas com taxa de lucro inferior. Desse modo, o capital faz um movimento constante da área desenvolvida para a área subdesenvolvida e então retorna à área desenvolvida que se tornou subdesenvolvida, e

assim sucessivamente. O capital, portanto, cria geograficamente um mundo à sua imagem e semelhança (SMITH, 1988).

O desenvolvimento desigual é tanto o produto quanto a premissa geográfica do desenvolvimento capitalista. Como produto, o padrão é altamente visível na paisagem do capitalismo, tal como a diferença entre espaços desenvolvidos e subdesenvolvidos em diferentes escalas: o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido, as regiões desenvolvidas e as regiões em declínio, os subúrbios e o centro da cidade. Como premissa da expansão capitalista, o desenvolvimento desigual pode ser compreendido somente por meio de análise teórica da produção capitalista da natureza e do espaço. O desenvolvimento desigual é a desigualdade social estampada na paisagem geográfica para certos fins sociais determinados (SMITH, 1988, p. 221).

Em suma, o desenvolvimento desigual capitalista é a expressão geográfica das contradições do capital. As desigualdades no desenvolvimento acontecem devido às tendências contraditórias de diferenciação e igualização e pelo seu resultado, o “vaivém” do capital (SMITH, 1988).

3 SANTA CATARINA: DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

O Estado de Santa Catarina situa-se no Brasil, mais precisamente na região Sul do país. Faz fronteira, ao norte com o Estado do Paraná, ao sul com o Estado do Rio Grande do Sul, a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com a Argentina (FIESC, 2011).

Segundo dados recentes de 2010, Santa Catarina possui uma população residente total de 6.248.436 pessoas, o que corresponde a aproximadamente 3,28% da população brasileira. A população residente urbana é de 5.247.913 e a população residente rural é de 1.000.523 pessoas. A área total é de 95.703.487 km², representando 1,12% do território nacional. A densidade demográfica é, pois, de 65,29 hab/km² (IBGE, 2012).

Embora o Brasil seja marcado por profunda concentração espacial e social, Santa Catarina, em meio ao contexto brasileiro, aparenta ser uma exceção. O Estado apresenta um padrão de desenvolvimento diferenciado: a indústria é descentralizada, o processo de industrialização ocorreu sem uma urbanização excessiva e a distribuição de renda é uma das justas do país (RAUD, 1999).

Santa Catarina possui, de acordo com dados de 2008, a sexta maior economia brasileira com um Produto Interno Bruto (PIB) no montante de R\$ 123 bilhões, índice que representa cerca de 4,1% do total nacional. O PIB *per capita* ocupa a quarta posição no ranking nacional, com R\$ 20.369,00. E em relação ao PIB Industrial *per capita*, Santa Catarina ocupa a primeira posição, com R\$ 6.085,00. Conforme dados de 2009, Santa

Catarina possui, juntamente com o Distrito Federal, a maior expectativa de vida do Brasil com 75,8 anos (FIESC, 2011). Levando em consideração as dimensões de longevidade, educação e renda, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de 2000 aponta Santa Catarina como o segundo estado com melhor qualidade de vida, com um índice de 0,822. A classificação maior que 0,8 revela um alto desenvolvimento humano (SEBRAE/SC, 2010). Em relação ao poder aquisitivo da população, o indicador da renda domiciliar *per capita* situa o estado como entre as maiores rendas do país, com R\$ 864,66 em 2009, enquanto a média brasileira entre os estados é de R\$ 631,71. A propósito da taxa de desemprego apurada no ano de 2009, Santa Catarina apresenta taxa menor do que a região Sul e no Brasil (IPEA, 2012).

Com efeito, todos os indicadores apresentados acima, entre tantos outros, situam o estado em uma condição de diferenciação quando em comparação com outras unidades da federação. Porém, o desenvolvimento catarinense apresenta um viés geograficamente desigual. Dados revelam que as desigualdades regionais são bastante evidentes (THEIS, BUTZKE, 2008).

[...] Santa Catarina exhibe desigualdades em seu território. Mais: essas desigualdades (sociais, políticas e econômicas) têm aumentado ao longo do tempo. [...] No entanto, o que talvez escape de uma análise, digamos, convencional é que aqui, com um instrumental teórico-metodológico fundado na perspectiva crítica do desenvolvimento geográfico desigual, se podem captar as sutis relações entre o rural e o urbano, entre o atrasado e o avançado, entre o sociocultural e o econômico e, sobretudo, que tais relações são, fundamentalmente, de natureza política. (THEIS *et al.*, 2011, p. 51).

Os fatores condicionantes do desenvolvimento desigual são histórico-geográficos, mas também sócio-políticos. Desse modo, tem-se a necessidade de entender a influência dos atores regionais e a atuação do governo no planejamento estadual (THEIS, BUTZKE, 2008).

A dinâmica recente do planejamento em Santa Catarina fez emergir experiências voltadas à descentralização e ao fomento do desenvolvimento regional, sobretudo, a partir da reforma administrativa em 2003, ano em que Luiz Henrique da Silveira toma posse como governador catarinense. Até então, Santa Catarina tinha um cenário de forte fundamentação associativista. Iniciativa que, na década de 1960, surgiu não por iniciativa governamental, mas sim da sociedade civil. O associativismo local através de redes regionais de cooperação congregou entidades públicas e privadas em prol do desenvolvimento regional. A partir destas redes, no início dos anos 1990, formaram-se fóruns e agências de desenvolvimento em todas as sub-regiões de Santa Catarina. Fica evidente o conflito do movimento descentralizador originado pelo governo em 2003. Buscou-se um modelo descentralizador pela articulação regional, mas se desconsiderou o modelo associativista local anteriormente aplicado (FILIPPIM, ABRUCIO, 2010).

Santa Catarina tem marcada tradição associativista, bons índices de desenvolvimento humano e econômico, mas mantém fortes disparidades regionais. Tais desigualdades geraram, por um lado, amobilização de atores regionais em busca de projetos de desenvolvimento e, por outro, sucessivas propostas de planificação do desenvolvimento para o Estado. Destas iniciativas públicas ou privadas tem-se construído um quadro de efervescentes articulações de base territorial que, por vezes, se entrecrocaram no território catarinense (FILIPPIM, ABRUCIO, 2010, p. 226).

A recente experiência governamental de descentralização é, logo, não tão incomum no contexto histórico catarinense. De acordo com Birkner, Rudnick e Boell (2011, p. 54) contribuem para as iniciativas de desconcentração “fatores históricos como a diversidade econômica regional, certa capacidade endógena e um contexto sócio-econômico baseado no minifúndio e em conhecimentos industriais trazidos por imigrantes europeus”.

Secretarias de Desenvolvimento Regional

Em busca de um novo modelo de desenvolvimento em Santa Catarina, as Secretarias de Desenvolvimento Regional – SDR foram implantadas, em janeiro de 2003, pelo Governo do Estado por força da Lei Complementar Nº 243, de 30 de janeiro de 2003, tendo como responsabilidades, entre outras, a regionalização do planejamento e da execução orçamentária (descentralização) e ao mesmo tempo o estímulo ao desenvolvimento econômico e social regional. Inicialmente, o número de SDR criadas foi de 29. Posteriormente, em 2005, pela Lei Complementar Nº 284, de 28 de fevereiro de 2005, criou-se uma nova SDR. E por fim, em 2007, pela Lei Complementar Nº 381, de 07 de maio de 2007, foram criadas mais seis novas SDR, chegando-se à configuração atual de 36 SDR.

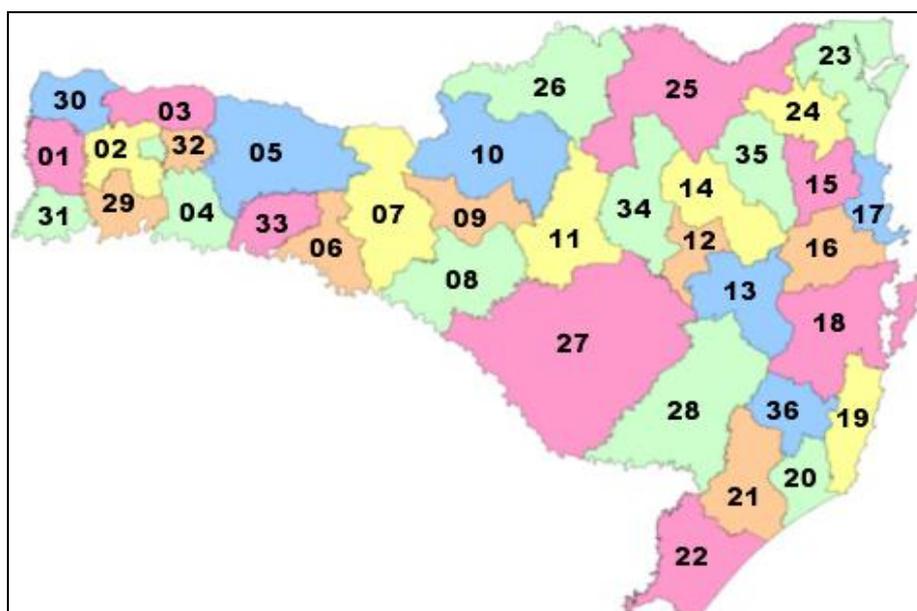


Figura 1 – Mapa das 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional

Fonte: Vargas (2009).

Através da adoção de uma estratégia de descentralização concebida “de cima para baixo”, o recorte espacial das SDR não obedeceu nenhuma das experiências já existentes em Santa Catarina, já que as Associações de Municípios são 21, as bacias hidrográficas são 23, as mesorregiões são 6 e as microrregiões do IBGE são 20 e as regiões metropolitanas são 10 (GOULARTI, BUTZKE, 2012).

A criação das SDR teve como propósito geral “instaurar uma nova organização governamental, de caráter regional, com a finalidade de descentralizar as funções administrativas, desconcentrar a máquina pública e potencializar a regionalização do desenvolvimento, atacando inclusive as desigualdades entre elas” (BIRKNER, RUDNICK, BOELL, 2011, p. 55).

A concentração da população e da atividade econômica em algumas áreas, por um lado, e a fuga de população e a estagnação ou declínio econômico de outras começaram a se fazer notados, a ponto de estimular a ação do governo estadual. A política de descentralização é a base dessa ação, uma tentativa de promover o desenvolvimento regional, mirando à recuperação da harmonia na distribuição da população entre as regiões do estado (RODOLFO, TEIXEIRA, 2011, p. 1).

Entretanto, a partir de alguns indicadores torna-se evidente que as SDR não têm cumprido o seu papel. O planejamento governamental recente acelera o processo de acumulação do capital gerando desigualdades socioespaciais. Assim, verifica-se a natureza política do desenvolvimento desigual catarinense (THEIS *et al.*, 2011).

O planejamento em Santa Catarina acentua o desenvolvimento desigual. A contribuição do governo de Santa Catarina se sobrepõe, quase anulando, a contribuição das instituições regionais ao planejamento. Na relação que se estabelece entre as escalas, a estadual e a regional, constata-se o domínio da esfera do Estado e a inserção desigual das instituições regionais no processo de planejamento. No âmbito das instituições regionais e sua relação com as regiões, percebe-se mais uma tendência de acirramento da competição e, conseqüentemente, de aumento do desenvolvimento desigual, do que propriamente um esforço coletivo e articulado visando a superação das disparidades regionais (THEIS, BUTZKE, 2010, p. 261).

Ao analisar o Produto Interno Bruto – PIB de Santa Catarina as desigualdades regionais são evidentes e crescentes.

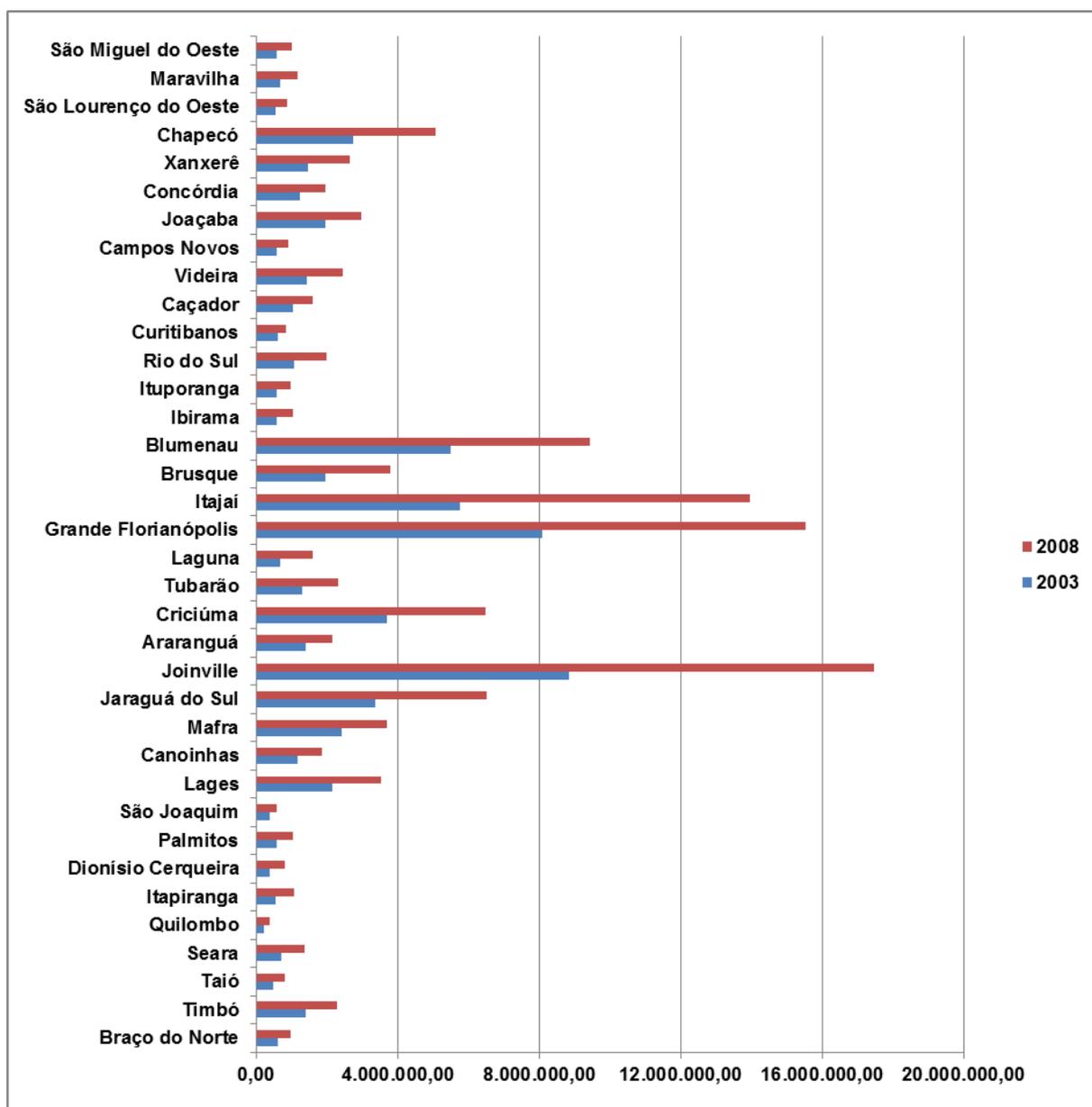


Gráfico 1 – PIB por SDR, comparativo entre 2003 e 2008 (R\$ mil)

Fonte: Elaborado pelo autor com base em SPG/SC.

O Gráfico 1 permite averiguar que, em 2003, ano de criação das SDR, 42,20% do PIB de Santa Catarina estava concentrado em apenas quatro SDR: Joinville [13,23%], Grande Florianópolis [12,12%], Itajaí [8,63%] e Blumenau [8,22%]. As demais SDR representavam, portanto, 57,80% do PIB catarinense, com maior destaque para as SDR de Criciúma e Jaraguá do Sul, que concentravam respectivamente, 5,52% e 5,04%. Além disso, 13 das 36 SDR detinham valores inferiores a 1% do PIB estadual.

Já em 2008, a participação do PIB catarinense nas quatro SDR mais desenvolvidas economicamente aumentou para 45,71%, sendo: Joinville [14,17%], Grande Florianópolis [12,59%], Itajaí [11,31%] e Blumenau [7,64%]. As demais 32 SDR, juntas, representavam os restantes 54,29% do PIB estadual, sendo que os maiores valores eram de Jaraguá do Sul

[5,30%] e de Criciúma [5,27%]. Dentre essas 32 SDR, 14 participavam com valores inferiores a 1% do PIB de Santa Catarina.

O Gráfico 1 evidencia que, após 5 anos, a política de descentralização a partir da criação das SDR não foi efetiva na tentativa de desconcentração econômica. Pelo contrário, as quatro SDR que polarizam o PIB catarinense tiveram um aumento de concentração de 8,32%. Individualmente, a SDR Joinville teve um aumento na participação do total do PIB catarinense em 7,11%, a SDR Grande Florianópolis em 3,88% e a SDR Itajaí em 31,05%. Somente a SDR Blumenau teve queda: diminuição em 7,06%. A propósito, a SDR que teve o maior aumento de PIB foi a SDR Itajaí, com 141,62%. Ainda, o número de SDR com participação menor a 1% aumentou em uma, passando de 13 para 14.

O PIB *per capita* de Santa Catarina em 2003 teve a média de R\$ 11.764,48. Apenas 13 das 36 SDR detinham o indicador acima da média estadual. Ou seja, 23 SDR possuíam o indicador abaixo da média.

O PIB *per capita* estadual em 2008 foi de R\$ 20.368,64. Em comparação com 2003, houve aumento em todas as SDR, sendo que apenas a SDR São Joaquim [R\$ 11.051,56] ficou abaixo da média catarinense de 2003. A tendência de aumento do PIB *per capita* no período foi impulsionada pela alta taxa de crescimento do PIB nacional (RODOLFO, TEIXEIRA, 2011).

Apesar da tendência geral de crescimento, cinco SDR tiveram destaque em relação ao crescimento do PIB *per capita* entre 2003 e 2008: Laguna [123,94%], Itajaí [113,24%], Dionísio Cerqueira [95,04%], Seara [87,31%] e Joinville [86,30%].

A partir do Gráfico 2 é possível verificar que, em 2008, o número de SDR com PIB *per capita* acima da média estadual diminuiu, passando de 13 para 11. Portanto, 25 SDR passaram a estar abaixo da média, o que indica o crescimento da desigualdade de atividade econômica entre as regiões.

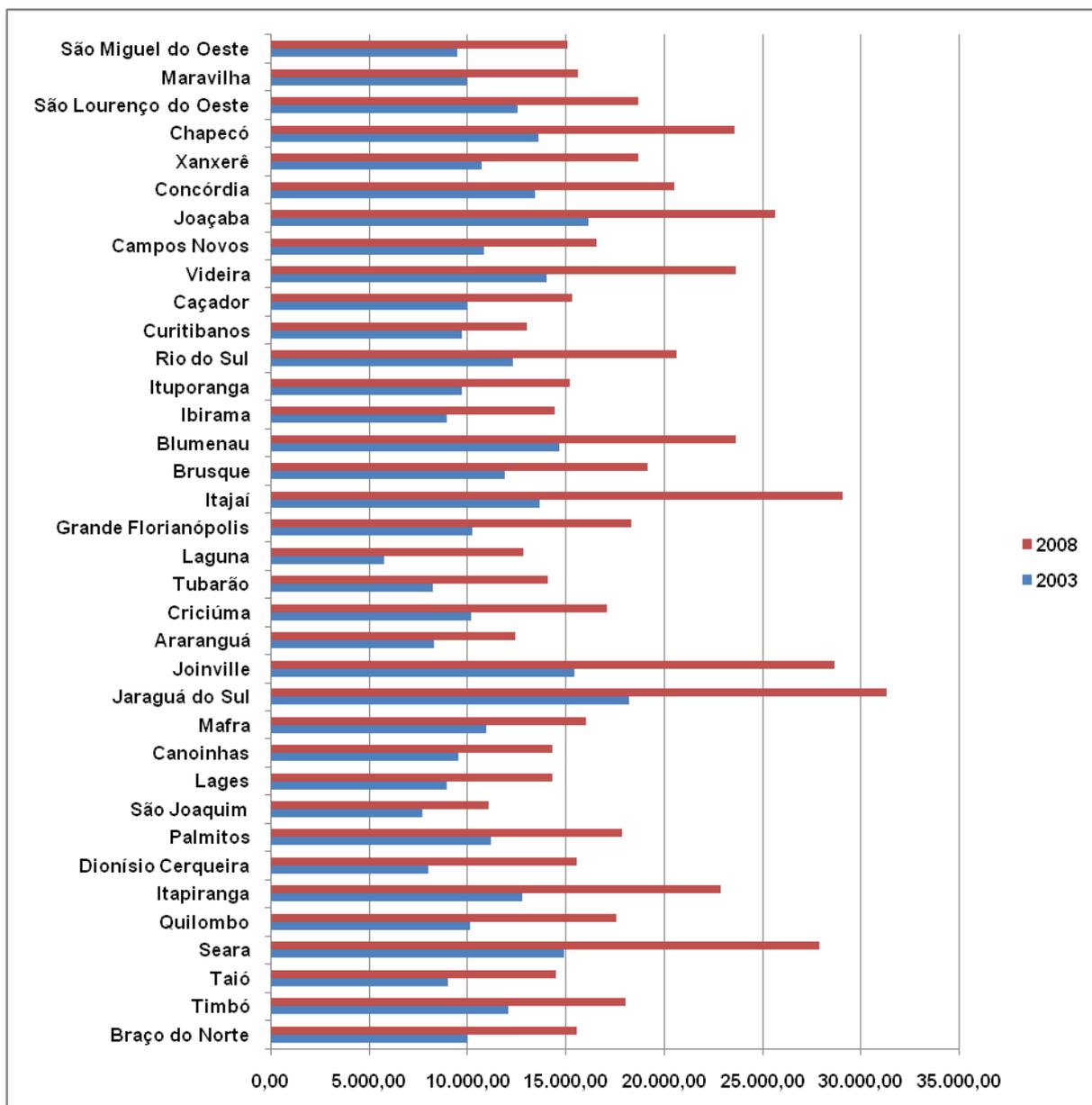


Gráfico 2 – PIB *per capita* por SDR, comparativo entre 2003 e 2008 (R\$)

Fonte: Elaborado pelo autor com base em SPG/SC.

Além de indicadores econômicos como o PIB e o PIB *per capita*, outra forma de verificar se há consonância entre a descentralização administrativa implantada em Santa Catarina em 2003 com a redução das desigualdades regionais é acompanhar a destinação dos recursos, considerando, assim, o planejamento orçamentário como instrumento de política de desenvolvimento regional (GOULARTI, BUTZKE, 2012).

Em estudo recente, Goularti e Butzke (2012), apuraram que, assim como o PIB está concentrado nas regiões mais desenvolvidas, os recursos públicos também estão. Para os autores, diante disso, é possível afirmar que a descentralização administrativa através da criação das SDR não tem êxito na tentativa de promover a desconcentração econômica e a descentralização dos recursos públicos e também não serve como instrumento de fomento ao

desenvolvimento regional para as regiões menos desenvolvidas. Pelo contrário, a política orçamentária concentra-se nas regiões mais desenvolvidas e a política econômica acentua a concentração (GOULARTI, BUTZKE, 2012).

Rudnick e Mattedi (2010), noutro trabalho recente, chegaram à mesma conclusão. Os resultados obtidos demonstram controvérsias em relação ao direcionamento dos investimentos destinados às SDR. Investimentos que, supostamente, deveriam priorizar as regiões menos desenvolvidas. Para Rudnick e Mattedi (2010, p. 50) “os fatores que explicam a persistência da “concentração” de recursos nas regiões mais desenvolvidas podem estar relacionados à capacidade de articulação política, bem como da capacidade de organização e cooperação entre os municípios de abrangência das SDR que apresentam melhor desempenho”.

O enfoque teórico do desenvolvimento desigual permite visualizar as desigualdades existentes em Santa Catarina. Apesar da redução das desigualdades ser um dos objetivos propostos com a criação das Secretarias de Desenvolvimento Regional, percebe-se, com efeito, que a descentralização administrativa não tem resultados positivos no que diz respeito ao desenvolvimento desigual. Cada vez mais algumas poucas regiões polarizam geograficamente o capital, enquanto as outras se tornam atrasadas e declinantes nos mais diferentes aspectos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por tema o desenvolvimento desigual em Santa Catarina. O principal objetivo foi analisar o desenvolvimento desigual em Santa Catarina a partir da experiência das Secretarias de Desenvolvimento Regional. Para tal, inicialmente foi apresentado o referencial teórico, a lei do desenvolvimento desigual combinado e a teoria do desenvolvimento geográfico desigual. A seguir, foi discutido, brevemente, o processo de descentralização em Santa Catarina. Posteriormente, foram analisados indicadores sob o recorte das SDR que revelam as desigualdades regionais em Santa Catarina.

Como se dá o desenvolvimento desigual em Santa Catarina? Em síntese, com base nos dados levantados sob o recorte das 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional, pode-se falar em desenvolvimento geográfico desigual em Santa Catarina. Há no território catarinense uma co-existência, simultânea e dinâmica, de espaços mais desenvolvidos e menos desenvolvidos (THEIS, 2009).

É factível concluir, também, que o desenvolvimento desigual em Santa Catarina tem natureza política. O caráter descentralizador do planejamento governamental a partir da experiência das Secretarias de Desenvolvimento Regional não suscita a desconcentração econômica, pois a distribuição de recursos não prioriza as SDR menos desenvolvidas. Assim sendo, não estimula o desenvolvimento regional e não reduz as desigualdades regionais.

Outra consideração pertinente: com a criação das SDR perdeu-se a real participação da população nos destinos do planejamento catarinense. Afinal, as SDR sobrepuseram às experiências de associativismo já existentes que foram iniciadas pela sociedade civil.

Por fim, talvez resta indagar, se é possível, assim como Lipietz (1988, p. 6), “imaginar uma nova forma de desenvolvimento regional, mais equilibrado, mais coerente, mais assumido e definido pelos próprios habitantes”?

REFERÊNCIAS

- BIRKNER, W. M. K.; RUDNICK, L. T.; BOELL, A. Secretarias de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina – avaliação parcial: período 2007/2008. **Revista Humus**, v. 02, p. 53-72, 2011.
- BOTTOMORE, T. B. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- CHILCOTE, R. H. Influências trotskistas sobre a teoria do desenvolvimento da América Latina. **Revista de Ciências Sociais**, p. 73-98, 2009.
- DEMIER, F. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de Leon Trotsky e a intelectualidade brasileira: breves comentários sobre uma relação pouco conhecida. Anais do **V Colóquio Internacional Marx e Engels**, Campinas, novembro de 2007.
- FIESC. **Santa Catarina em dados 2010**. Florianópolis: Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, 2010.
- FILIPPIM, E. S.; ABRUCIO, F. L. Quando Descentralizar é Concentrar Poder: o Papel do Governo Estadual na Experiência Catarinense. **RAC**, Curitiba, v. 14, n. 2, art. 2, pp. 212-228, Mar./Abr. 2010. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/rac>>.
- GOULARTI, J. G.; BUTZKE, L. As Secretarias Regionais e a política de desenvolvimento regional em Santa Catarina. In: Anais do **VI Encontro de Economia Catarinense**, 2012, Joinville. Secretarias Regionais e a Política de Desenvolvimento Regional em Santa Catarina, 2012.
- HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=sc&tema=sinopse_censodemog2010>. Acesso em 10 jan. 2013.

IPEA. **Situação social nos estados – Santa Catarina**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2012.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. 3 ed. São Paulo: Global, 1985.

LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

LÖWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Outubro**, p. 73-80, 1998.

OLIVEIRA, F. O momento Lênin. **Novos estudos**. São Paulo: Cebrap, n. 75, 2006.

RAUD, C. **Indústria, território e meio ambiente no Brasil**: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense. Florianópolis: Ed. da UFSC; Blumenau: Ed. da FURB, 1999.

RODOLFO, F.; TEIXEIRA, F. W. Santa Catarina: desigualdades regionais no contexto da política da descentralização. In: **V Encontro de Economia Catarinense**, 2011, Florianópolis. V Encontro de Economia Catarinense - Crescimento e sustentabilidade, 2011.

RUDNICK, L. T.; MATTEDI, M. A. Uma análise da política de descentralização administrativa em Santa Catarina, 2003 – 2009. **Informe GEPEC (Online)**, v. 14, p. 39-54, 2010.

SEBRAE/SC. **Santa Catarina em números**. Florianópolis: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina, 2010.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SPG/SC. Secretaria de Estado do Planejamento/Santa Catarina. **Dados estatísticos municipais**. Disponível em: <http://www.spg.sc.gov.br/dados_munic.php> Acesso em 10 jan. 2013.

THEIS, I. M. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. **Novos Cadernos NAEA**, Belém: Universidade Federal do Pará, v.2, n.2, p.241-252, dez. 2009.

THEIS, I. M. *et al.* O cavalo de Troia e sua barriga verde: planejamento regional e desigualdades socioespaciais em Santa Catarina. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 120, p. 33-50, 2011.

THEIS, I. M.; BUTZKE, L. Planejamento e desenvolvimento desigual em Santa Catarina. In: FIRKOWSKI, O. L. C. F. (org.). **Transformações territoriais: experiências e desafios**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.

THEIS, I. M.; VARGAS, T. A. V. O desenvolvimento recente de Santa Catarina da perspectiva dos sistemas produtivos regionais. In: SOUZA, C. M. M.; THEIS, I. M. (org.). **Desenvolvimento regional: abordagens contemporâneas**. Blumenau: Edifurb, 2009, v., p. 151-165.

TROTSKY, L. **A história da revolução russa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VARGAS, D. B. **A dinâmica recente do sistema de planejamento de Santa Catarina: a experiência das Secretarias de Desenvolvimento Regional**. 2009. 85 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Curso de Ciências Econômicas, Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, Blumenau, 2009.